

# MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRE

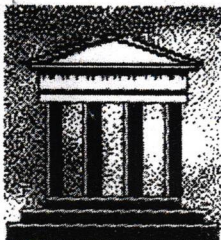
Olga Maria Gama Barreto - OFICIAL E NOTÁRIO

LIVRO N.º 125



## ESCRITURA PÚBLICA DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE ENTRE SI FAZEM, AUGUSTO CÉSAR SOARES LEITE e sua esposa, ao MUNICÍPIO DE ALEGRE, NA FORMA ABAIXO:

S A I B A M quantos este público instrumento virem que, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito (04/12/2008), nesta SERVENTIA NOTARIAL E REGISTRAL DO 1º OFÍCIO DE ALEGRE, localizada na Rua Dulcino Pinheiro, 45, Centro, nesta cidade e Comarca de Alegre, Estado do Espírito Santo, República Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ nº 20.965.974/0001-70, cujos serviços me foram regularmente delegados pelo Poder Público Estadual, perante mim, Notária, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber, de um lado, como **OUTORGANTES EXPROPRIADOS, AUGUSTO CÉSAR SOARES LEITE** e sua esposa **NACIBE CADE LEITE**, brasileiros, casados sob o regime de comunhão universal de bens, ele professor universitário, portador do RG nº 197.610-ES e inscrito no CPF/MF sob nº 364.140.427-49, ela professora, portadora do RG nº 292.437-SSP/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 055.429.907-03, residentes e domiciliados na Fazenda Querência, neste município, e de outro lado, como **OUTORGADO EXPROPRIANTE, o MUNICÍPIO DE ALEGRE**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 27.174.101/0001-35, com sede na Parque Getúlio Vargas, 01, Alegre, ES., representado por seu Prefeito Municipal, **DUALMI DA SILVA SANTOS**, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº. 219.216-ES e inscrito no CPF/MF sob nº 332.480.877-49, residente e domiciliado na Rua Vitório Albani, 110, Colina, Alegre, ES., autorizado pelo Decreto nº 7.312/2008, datado de 24/11/08, os presentes reconhecidos como os próprios por mim, Notária, por terem apresentado os documentos de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. Então, pelos **EXPROPRIADOS**, me foi dito que: 1º) são senhores e legítimos possuidores de um imóvel situado na Av. Olivio Correa Pedrosa, à margem esquerda do Ribeirão Conceição, nesta cidade, constante da área "B", medindo 15,00m de frente para a Rua Projetada, 15,00m de fundos, confronta com Sebastião Bernardo, 20,00m na lateral esquerda, confronta com o Lote A, 20,00m na lateral direita, confronta com Geralda Lopes dos Santos, com área total de 300,00m² (trezentos metros quadrados), conforme Planta, Memorial Descritivo e A.R.T. de nº 01213725, assinados pelo engenheiro agrimensor Jucélio Simão Rosa, CREA/ES 3612-D, adquirido pelos outorgantes a justo título, devidamente matriculado no Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Alegre, ES., no Livro 2 I, sob nº 1739, fls. 146 em 07.01.81; 2º) Que a área supra foi declarada de utilidade pública pelo



# Serviço Notarial e Registral - 1º Ofício

## MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRE

Olga Maria Gama Barreto - OFICIAL E NOTÁRIO

LIVRO N.º 125

FLS N.º 140



Decreto n.º 7.312/2008, datado de 24 de novembro de 2008, que assim se descreve: **"DECRETO n.º 7.312/2008.** DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO PERTENCENTE AO SR. AUGUSTO CESAR LEITE, SITUADO A RUA ALIANIR LOPES DA SILVA, CENTRO, NESTA CIDADE, COM OBJETIVO DE INSTALAR UM RESERVATÓRIO E CASA DE BOMBEAMENTO PARA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CONSIDERANDO, o Interesse Público em face da importância da área, por se tratar da única em condições de atender os requisitos técnicos contidos no projeto de saneamento de captação e tratamento do esgoto doméstico urbano da sede do município. O município de Alegre - ES, por seu representante legal - Dr. Djalma da Silva Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 84, inciso IV, combinado com o Art. 142 da Lei Orgânica deste Município: **DECRETA:** Art. 1º - Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA para fins de DESAPROPRIAÇÃO, nos termos do Art. 5º, XXIV, c/c o Art. 182, 1º, da Constituição da República e, em conformidade com as alíneas "h e m", do Art. 3º do Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941, e em especial no que consta da Lei Orgânica Municipal em seu Art. 142, uma área de terras pertencente ao Sr. Augusto Cesar Leite, com 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados, com 15m de frente e 20m de fundos) situado na Rua Alianir Lopes da Silva, bairro centro, nesta cidade de Alegre, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alegre - ES, no Livro 2 I, fls. 50, sob o n.º 4-1739, para fins de instalar um reservatório e casa de bombeamento para estação de tratamento de esgoto urbano (ETE). Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Alegre - ES, 24 de novembro de 2008. (as) Djalma da Silva Santos. Prefeito Municipal. (as) Ulysses de Campos. Secretário Municipal de Administração. O Município de Alegre, fica obrigado a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção operação e manutenção do reservatório e casa de bombeamento para estação de tratamento de esgoto urbano (ETE). As descrições da área de terras referida contidas no Decreto, encontram-se no Processo supracitado; 3º) Que assim, decidem se compor para a efetivação da desapropriação da área supra descrita, fazendo-o pela presente e na melhor forma de direito, mediante as seguintes cláusulas e condições: I - O preço total, certo e de comum acordo ajustado a título de indenização pela totalidade do IMÓVEL necessário para a implantação do reservatório e casa de bombeamento para estação de tratamento de esgoto urbano (ETE), que foi declarado de utilidade pública, é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), preço esse que é pago neste ato à vista. II - Que esse preço ora pago é achado conforme,



# Serviço Notarial e Registral - 1º Ofício

## MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRE

Olga Maria Gama Barreto - OFICIAL E NOTÁRIO



LIVRO N.º 125

FLS N.º 141

pelo que os **EXPROPRIADOS** dão ao **EXPROPRIANTE** plena, rasa, geral e irrevogável quitação de pagas e satisfeitas para não mais repetir no presente ou no futuro. **III** - Que tendo se efetivado a desapropriação, pelo presente instrumento eles **EXPROPRIADOS** transferem ao **EXPROPRIANTE** pela cláusula "constituti", todo o domínio, posse, uso, gozo, administração, direitos e ações que tinham e exerciam sobre a área ora expropriada, podendo dela fazer desde já o uso que melhor lhe convier. **IV** - Foi dito ainda pelos **EXPROPRIADOS**, que renunciam aos eventuais direitos de retrocessão, prelação, ação reivindicatória, preempção e ou preferência, bem como, de todo e qualquer outro direito que possa decorrer da presente transação. **V** - Que a presente transação é feita em caráter irrevogável e irretratável, não assistindo às partes o direito de arrependimento a qualquer título, obrigando-se os **EXPROPRIADOS** por si, ou sucessores a fazer a presente escritura sempre boa, firme e valiosa em juízo ou fora dele, respondendo pela evicção de direito, se chamados a autoria. **VI** - Que eles **EXPROPRIADOS** desde já autorizam o registro deste instrumento no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como que se proceda a quaisquer averbações, inscrições ou cancelamentos, ou abertura de matrícula que se fizerem necessários, uma vez que esta alienação constitui direito real em favor do **EXPROPRIANTE**, sempre oponível a terceiros. **VII** - Declaram os **EXPROPRIADOS**, sob as penas da lei, que não estão pessoalmente vinculados como contribuintes obrigatórios ao INSS, como produtores rurais e que não são equiparados a Pessoa Jurídica para fins de recolhimento ao INSS e, que não são empregadores nem comercializam sua produção agrícola no exterior, nem diretamente no varejo ao consumidor, que deixam de apresentar a CND (Certidão Negativa de Débito) do INSS e da Receita Federal, em virtude de não estarem inclusos nas exigências previdenciárias vigentes. **VIII** - Que as partes elegem de comum acordo o Foro da comarca da situação do imóvel, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas da presente, com renúncia expressa aos demais, por mais privilegiados que sejam. **IX** - Que sobre esta transação, não incide o Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis - ITBI, por se tratar de aquisição originária. **X** - Foram-me apresentadas as seguintes certidões: **CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS** - Datada em 02.12.08, comprovando que o imóvel objeto desta escritura, está livre e desembaraçado de ônus reais, legais e convencionais e de ações reais, pessoais e reipersecutórias; **CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** - Datadas em 02.12.08, sob n.ºs 2008344365 e 2008344369, expedidas eletronicamente pela Secretaria de Estado da Fazenda, comprovando que os outorgantes expropriados nada devem aos cofres públicos estaduais; **CERTIDÕES NEGATIVAS DE INCAPACIDADE CIVIL** - Expedidas pelo Cartório de Registro Civil desta cidade, em 02.12.08, em nome dos outorgantes; **DECLARAÇÕES**: a) Os outorgantes declaram nos termos do Art.1º, inciso V, parágrafo 3º do Decreto n.º 93.240 de 09.09.1986, que não há



# Serviço Notarial e Registral - 1º Ofício

## MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRE

Olga Maria Gama Barreto - OFICIAL E NOTÁRIO



LIVRO N.º 125

FLS N.º 142

contra eles nenhum feito ajuizado, fundado em ações reais e pessoais reipersecutórias, que envolva o imóvel ora alienado, bem como a inexistência de outros ônus reais ou pessoais sobre o mesmo; b) Que sob as penas da Lei o imóvel objeto desta transação não será utilizado como depósito de produtos agrotóxicos radioativos ou que possam produzir poluição ambiental de qualquer natureza; c) Estas declarações são feitas sob responsabilidade civil e penal; Todos os impostos e demais documentos mencionados ficam arquivados neste Cartório; As testemunhas instrumentárias foram dispensadas, pelas partes contratantes. EMITIDA A DOI. ASSIM DISSERAM e me pediram lhes lavrassem a presente escritura nestas Notas, a qual li em voz alta, perante as partes, sendo em tudo achada conforme, por aquelas que reciprocamente outorgaram, aceitaram e assinaram. Eu, (as) OLGA MARIA GAMA BARRETO, NOTÁRIA, que a fiz digitar, subscrevo e assino em público e raso. Em testº (sinal público) da verdade. Alegre-ES, 04 de dezembro de 2008. (as) OLGA MARIA GAMA BARRETO. (as) DJALMA DA SILVA SANTOS. (as) AUGUSTO CESAR SOARES TEITE. (as) NACIBE CADE LEITE. EU, *Janeira* NOTÁRIA, que a fiz trasladar, nesta mesma data, subscrevo e assino em público e raso.

Em Testemunho *[assinatura]* da verdade.  
Alegre-ES, 04 de dezembro de 2008



CARTÓRIO "GAMA" - 1º OFÍCIO			
Registro de Imóveis			
ALEGRE - ESPÍRITO SANTO			
PROTOCOLADO sob nº	41.349	Livro 1	E 31
MATRICULADO sob nº	10.879	Livro 2	15
ALEGRE (ES)	11	de Dezembro	de 2008
<i>Janeira</i> A Oficial			

Cartório "GAMA" 1º Ofício  
Registro de Imóveis  
Alegre - Espírito Santo

PROTOCOLADO sob nº	41.350	Livro 1	E 31
REGISTRADO sob nº	10.879	Livro 2	15
ALEGRE (ES)	11	de Dezembro	de 2008
<i>Janeira</i> A Oficial			

